

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Atuando por intermédio de 42 Centros de Pesquisa, 3 Serviços e 14 Unidades Centrais e presente em quase todos os Estados da Federação, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa foi instituída com fundamento na Lei nº 5.831, de 7 de dezembro 1972 e está registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 03.826773.

Na área da Cooperação Internacional a Embrapa mantém cerca de 68 acordos de cooperação técnica, que estão hoje em vigor, com mais de 46 países, 89 instituições estrangeiras, principalmente instituições de pesquisa agrícola, e 20 organismos multilaterais internacionais, envolvendo a pesquisa em parceria e a transferência de tecnologia.

Para ajudar nesse esforço, a Embrapa estabeleceu parcerias com laboratórios nos Estados Unidos, na Europa (França, Holanda, e Inglaterra) e na Coreia do Sul, para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias de ponta.

A Embrapa é uma Empresa Pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do Agronegócio Brasileiro, por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade e também dar apoio técnico e administrativo a órgãos e entidades do Poder Executivo, com atribuição de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

02 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A partir de 01/01/1992, a Contabilidade da Embrapa foi incorporada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de forma total, sendo os Balanços de suas Unidades Gestoras consolidados no Órgão 22202 – Gestão 13203 - Embrapa. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

03 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Embrapa trabalhou na limitação da data de encerramento do exercício social de 2009, em 15 de janeiro de 2010, definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN em seu processamento de encerramento.

04 – ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o exercício seguinte estão demonstrados como circulantes.

a) Disponível

Registra os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da unidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Merecem destaque as seguintes contas:

a.1) Aplicações Financeiras: *Estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações reconhecidas, em base “pró rata temporis”, em linha com os valores de realização, proporcionalmente, até a data das demonstrações financeiras. No exercício de 2009, os resgates (saques) de aplicação financeira superaram as aplicações no montante de R\$ 6.620.383,29.*

a.2) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: *Registra o valor do limite de saque da conta única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de*

programação financeira, para atender despesas com vinculação de pagamento. No exercício de 2009, apresentou o saldo de R\$ 50.678.273,11. Para fins de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa e do Balanço Patrimonial, a mencionada conta passa a ser considerada como Disponível.

b) Créditos em Circulação

São apresentados pelo valor de realização, merecendo destaque:

b.1) Créditos a Receber: Registra valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, alienações e demais créditos oriundos de outras transações.

1) Devedores por Fornecimento - Faturados: Registra as faturas/duplicatas a receber que se originam no curso normal das operações da entidade pela venda a curto prazo de mercadorias ou serviços, representando um direito da Empresa. No exercício de 2009, a Embrapa teve um saldo de R\$ 2.115.558,81 de fornecimentos a receber, composto pelos seguintes valores: R\$ 1.619.267,79, referente a vendas de bens do estoque; R\$ 487.401,48, referente a prestação de serviços; R\$ 8.889,54, referente a vendas de produtos do estoque em consignação.

2) Provisão para Devedores Duvidosos: Constituída no valor de R\$ 597.371,69, tendo em vista os aspectos do conservadorismo e da prudência no reconhecimento de prováveis perdas consideradas altas em grau de certeza, corresponde a processos judiciais que estão na fase de execução, porém, não foram encontrados bens para penhora. A mencionada provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização do direito creditório, consoante o disposto nos artigos 340 e 341 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 e artigo 24 da Instrução Normativa da SRFB nº 93/97.

3) Créditos Tributários: Registra os valores dos tributos pagos por aquisição de materiais para produção de bens, bem como antecipação de impostos a serem pagos no exercício seguinte. No exercício de 2009, a Embrapa teve um saldo de R\$ 1.459.013,97 de créditos tributários, composto pelos seguintes valores:

- ICMS a Compensar.....	R\$	4.018,01
- IRPJ a Recuperar.....	R\$	1.024.236,45
- IRRF a Compensar.....	R\$	279.824,81

- Impostos Estaduais/Municipais.....	R\$	1.190,34
- CSL a Compensar.....	R\$	5.170,70
- CSL a Recuperar.....	R\$	27.310,79
- PIS/PASEP a Compensar.....	R\$	22.616,52
- COFINS a Compensar.....	R\$	94.350,35
- ISS a Compensar.....	R\$	296,00
Total de Créditos Tributários.....	R\$	1.459.013,97

b.2) Devedores - Entidades e Agentes: Registra os valores realizáveis em até 12 meses, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, agrupados em entidades devedoras e diversos responsáveis.

1) Desfalques ou Desvios: Registra os desfalques e desvios de bens e valores da União ou de entidades públicas, apuradas em processos por ações administrativas ou julgamento judicial. Em dezembro de 2000, foi inscrito o ex-empregado Edilberto Gonçalves Pael como devedor por desfalque devidamente apurado, conforme expediente Memo AJU 1580/2000, no valor de R\$ 2.345.140,41. Em outubro de 2001, foi feita a baixa parcial no valor de R\$ 2.757,32, referente a direitos trabalhistas retidos na rescisão de contrato de trabalho do devedor, permanecendo um saldo de R\$ 2.342.383,09.

2) Provisão para Perdas: Constituída no valor de R\$ 2.342.383,09, refere-se ao débito de Edilberto Gonçalves Pael, ex-empregado da Embrapa. A sentença judicial, embora tenha sido favorável à Empresa, fora frustrada, uma vez que o réu não possui bens em seu nome a serem penhorados.

3) Falta ou Irregularidade de Comprovação: Registra os valores correspondentes a falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive a apresentação fora do prazo legal, com imputação de responsabilidade. O saldo de R\$ 1.782.181,61 existente na conta refere-se, basicamente, a inscrições de agentes responsáveis como devedores por prestação de contas com documentação inconsistente ou por não reparação dos prejuízos causados ao erário, ocasiões em que foram instauradas Tomadas de Contas Especiais.

b.3) Adiantamentos Concedidos: Registra a entrega de numerário a terceiros, mas sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços pré-determinados. Neste subgrupo de contas merecem destaque:

1) Adiantamentos a Pessoal: Refere-se a férias e 13º salário, no montante de R\$ 26.634.008,35, o qual é composto pelos seguintes valores:

- 13º Salário	R\$	29.962,04
- Férias	R\$	26.604.046,31
Total de Adiantamentos a Pessoal	R\$	26.634.008,35

2) Adiantamentos/Transferências Voluntárias, no valor de R\$ 16.002.306,00, referente a adiantamentos de recursos financeiros formalizados por transferências voluntárias geradas a partir da integração do Portal/Siconv com o Siafi, no exercício de 2009. Até o encerramento do ano de 2008, o controle destes adiantamentos era feito no Ativo Compensado (conta 1.9.9.6.2.04.00 – A Comprovar).

c) Bens e Valores em Circulação

Registra os valores dos estoques e títulos e valores. Neste subgrupo de conta, merecem destaque os estoques de materiais de consumo, os quais estão demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição (artigo 295 – RIR/99), bem como os estoques de animais nascidos nas Unidades Operacionais, avaliados em conformidade com a Instrução de Serviço DRM 010/92, de 07/05/92, publicada no BCA nº 19, de 11/05/92. Estas contas estão escrituradas e inventariadas em nível de Unidades, representadas pelos saldos abaixo:

- Estoques para Alienação	R\$	6.725.431,57
- Estoques de Produtos para Pesquisa	R\$	7.236.060,49
- Estoques Internos – Almoxarifado	R\$	18.896.602,94
Total dos Estoques	R\$	32.858.095,00

d) Valores Pendentes a Curto Prazo

Esta conta apresenta o saldo de R\$ 487.955,83, referente à parcela de recursos financeiros liberada pelo Órgão Setorial de Programação Financeira, que não foi utilizada durante o exercício pelas unidades, sendo registrado pelo processo automático como antecipação de sub-repasse no exercício seguinte.

e) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

São calculadas conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base a apuração do Lucro Real. Contudo, a empresa incorreu em prejuízo fiscal, dessa forma não há o que se falar em tais provisões.

f) Efeitos Inflacionários

Não foi efetuada a correção monetária dos valores que compõem o ativo permanente e o patrimônio líquido, em obediência à Lei nº 9.249 de 26.12.95, art. 4º, a qual revogou a correção monetária das demonstrações financeiras.

05 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE

O ativo não-circulante é composto pelo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

a) Realizável a Longo Prazo

Representa todos os créditos e direitos a receber após o exercício seguinte. Merecem destaque:

a.1) Depósitos Realizáveis a Longo Prazo: *Deste subgrupo de contas merece destaque o valor de R\$ 47.267.799,76, consignado na conta Depósitos para Recursos, que registra os depósitos efetuados por determinação judicial.*

a.2) Créditos Realizáveis a Longo Prazo: *Registra os créditos da União em relação a seus devedores e os demais direitos a receber com prazo de realização superior à data do balanço do exercício seguinte. Neste subgrupo de contas, merecem destaque:*

1) Créditos a Receber: *Registra o valor dos créditos a receber por fornecimento de bens, serviços, alienações e outros realizáveis após o término do exercício*

seguinte. Merece destaque o valor de R\$ 2.359.649,21 registrado na conta de duplicatas e títulos em contencioso, relativo a créditos da Embrapa sobre terceiros que são objetos de litígio judicial. Portanto, a Embrapa figura como autora dos processos judiciais.

2) Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis: Constituída no valor de R\$ 517.569,91, refere-se a créditos considerados irrecuperáveis, vencidos há longa data, cujos processos foram arquivados por motivo de execução frustrada. É suficiente para cobrir eventuais perdas na realização do direito creditório, consideradas altas em grau de certeza, consoante o disposto nos artigos 340 e 341 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 e artigo 24 da Instrução Normativa da SRFB nº 93/97.

b) Investimentos

Os investimentos da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias a consecução do seu objeto social. Esses investimentos foram avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente. Por se tratar de investimentos sem influência significativa, por não atenderem aos dispositivos do parágrafo único do artigo 247 da Lei nº 6.404/76, a empresa ficou desobrigada da avaliação pelo método da equivalência patrimonial. Segue abaixo a composição dos investimentos:

Participação Acionária da Embrapa no Capital Social de Empresas Associadas							
EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO	AÇÕES COM DIREITO A VOTO			AÇÕES S/ DIREITO A VOTO			TOTAL DA PARTIC. ACIONÁRIA CONTÁBIL EM 31.12.2008 (R\$)
	Quantidade	Tipo	Part. %	Quantidade	Tipo	Part%	
<i>Emp. Baiana de Desenv. Agríc. - EBDA</i>	631.059	ON	33,32	-	-	-	1.107.201,09
<i>Emp. Est. de Pesq. Agropec. da Paraíba S/A - EMEPA/PB</i>	1.354.917	ON	45,00	-	-	-	1.008.388,70
<i>Emp. de Pesq. Agropec. e Difusão de Tecnol. de Santa Catarina S/A – EPAGRI</i>	5.554.778	ON	9,27	-	-	-	962.475,19

<i>Emp. Mato-Grossense de Pesq. Assist. e Extensão Rural S/A - EMPAER/MT</i>	150.661	ON	2,56	-	-	-	277.619,56
<i>Emp. de Pesq. Agropec. do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN</i>	928.997	ON	49,00	-	-	-	381.392,16
<i>Emp. de Assist. Téc. e Ext. Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER</i>	10	-	-	-	-	-	98,10
TOTAL.....							3.737.174,80

Fundo

FND..... R\$ 120.582,67
.....

Outros Investimentos

Títulos e Valores R\$ 234.743,31
.....
Total dos Investimentos R\$ 4.092.500,78
.....

c) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/95, menos depreciação acumulada, com percentuais de depreciação aplicados consoante as normas fiscais vigentes e por meio do método linear.

Custo dos R\$ 954.779.951,29
Bens.....
(-) Deprec. e Amortizações Acum. R\$ 461.375.945,98 R\$ 493.404.005,31
.....

Demonstramos abaixo a composição dos valores relativos aos bens imóveis e bens móveis, perfazendo o total de R\$ 954.779.951,29:

Edifícios..... R\$ 98.843.050,92
.....

Glebas	e	R\$	4.688.135,92
Fazendas.....			
Terrenos.....		R\$	78.561.036,48
.....			
Florestas.....		R\$	347.974,44
.....			
Casas	e	R\$	907.778,45
Apartamentos.....			
Armazéns	e	R\$	280.641,20
Silos.....			
Obras em Andamento – Reg. De Exerc.		R\$	5.184,78
.....			
Estudos	e	R\$	1.542.018,46
Projetos.....			
Cor. Mon, Complem. IPC/BTNS L.		R\$	158.324.443,83
8.200/91.....			
Obras	em	R\$	80.125.580,03
Andamento.....			
Instalações.....		R\$	34.891.943,12
.....			
Benfeitorias em Propriedades de		R\$	61.362.076,18
Terceiros.....			
Outros	Bens	R\$	5.900,00
Imóveis.....			
Total dos Bens		R\$	519.885.763,81
Imóveis.....			
Máquinas, Aparelhos	e	R\$	277.504.583,25
Equipamentos.....			
Coleção	e	Materiais R\$	796.263,44
Bibliográficos.....			
Embarcações.....		R\$	266.540,58
.....			
Mobiliário	em	R\$	22.389.560,58
Geral.....			
Semoventes e Equipamentos de		R\$	3.043.318,84
Montaria.....			
Veículos.....		R\$	73.972.813,42
.....			

<i>Importações</i>				<i>em R\$</i>	<i>22.812.114,67</i>
<i>Andamento.....</i>					
<i>Aeronaves.....</i>				<i>R\$</i>	<i>58.650,25</i>
<i>.....</i>					
<i>Outros</i>				<i>Bens R\$</i>	<i>3.331.100,94</i>
<i>Móveis.....</i>					
<i>Cor. Mon. Compl. IPC/BTNS</i>				<i>L. R\$</i>	<i>30.719.241,51</i>
<i>8.200/91.....</i>					
<i>Total</i>		<i>dos</i>		<i>Bens R\$</i>	<i>434.894.187,48</i>
<i>Móveis.....</i>					

d) Intangível

Compreende os valores representados pela concessão de direito de uso de comunicação e divulgação.

06 – PASSIVO CIRCULANTE

O passivo a curto prazo, com vencimento até o exercício seguinte, está demonstrado no balanço como circulante, cabendo destacar as seguintes obrigações relevantes:

a) Depósitos

Compreende os débitos exigíveis em até 12 meses, relativos a recebimentos a título de depósitos, consignações em folha, cauções e outros. Neste subgrupo de contas estão registrados os seguintes valores:

a.1) Consignações: *Neste subgrupo de contas cabe destacar o valor de R\$ 4.253.296,82, referente aos descontos efetuados nos salários dos empregados no mês de dezembro de 2009, a título de participação na Ceres – Fundação de Seguridade Social.*

a.2) Recursos da União: *Neste subgrupo de contas estão registrados os valores para futuro recolhimento referentes a Recursos Fiscais, Previdenciários, Fiscais Estadual/Municipal e da GFIP, totalizando R\$ 142.356,42.*

a.3) Depósitos de Diversas Origens: Neste subgrupo de contas cabe destacar o valor de R\$ 5.490.776,41, relacionados às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos serão depositados em juízo no exercício seguinte, em cumprimento à determinação judicial, pendente de julgamento na data das demonstrações contábeis.

b) Obrigações em Circulação

Compreende os compromissos assumidos, exigíveis até o término do exercício seguinte, representados por obrigações a pagar, adiantamentos recebidos etc. Merecem destaque os seguintes subgrupos de contas:

b.1) Obrigações a Pagar: Compreende as obrigações exigíveis até o término do exercício seguinte, representados por fornecedores, pessoal a pagar, encargos sociais a recolher, obrigações tributárias etc., merecendo destaque as seguintes contas:

1) Fornecedores: Abrange Fornecimento de Bens e Serviços, no montante de R\$ 15.141.571,43, Convênios a Pagar, no montante de R\$ 516.248,62, e Transferências Voluntárias a Pagar, no montante de R\$ 764.990,00, totalizando R\$ 16.422.810,05;

2) Pessoal a Pagar: Registra os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas aos empregados. O montante registrado na conta é de R\$ 25.929.786,98;

3) Encargos Sociais a Recolher: O valor de R\$ 6.450.612,11 refere-se à contribuição patronal à Ceres – Fundação de Seguridade Social.

b.2) Adiantamentos Recebidos: O valor de R\$ 219.157,09 refere-se a adiantamentos de clientes, o qual registra os valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de bens ou execução de serviços, de clientes que contrataram tais bens ou serviços.

c) Valores Pendentes a Curto Prazo

Esta conta apresenta o saldo financeiro total disponível no final do exercício de R\$ 563.608,23, e registra a parcela de recursos financeiros colocados à disposição das unidades, pela Unidade Setorial de Programação Financeira (UG 135037), que não foi

utilizada durante o exercício e constituirá antecipação de sub-repasse no exercício seguinte.

07 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

a) Exigível a Longo Prazo

Compreende compromissos exigíveis após o término do exercício seguinte. Está consignado na conta Operações de Crédito – Externas, por força do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 5.994, de 19/12/2006, o valor de R\$ 23.677.157,45, atualizado pela variação cambial, que representa o empréstimo internacional BID nº 1595/OC-BR, o qual foi firmado em 17/7/2006, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a República Federativa do Brasil, executado pela Embrapa, cujos encargos financeiros vencerão em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano a uma taxa de juros informada semestralmente pelo BID de acordo com a sua política e acrescida uma comissão de permanência de 0,25% a.a.

08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Subscrito e Integralizado da Embrapa é de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais), cujo montante pertence integralmente à União, podendo ser alterado nos termos do artigo 10 do Estatuto da empresa, conforme abaixo:

I – Participação de pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidade da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo reservada à União, em qualquer hipótese, manter a participação mínima de 51% do Capital Social, com direito a voto, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter essa situação;

II – Incorporação de lucros, reservas e recursos que a União destinar para esse fim.

b) Reservas

b.1) Reserva de Correção Monetária do Capital: Constituída pela Correção Monetária das contas do Permanente e do Patrimônio Líquido. Todavia, a partir de 1996, essa prática foi extinta (Lei nº 9.249 de 1995, artigo 4º, parágrafo único).

b.2) Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos: Constituída pelas subvenções para investimentos e as doações feitas pelo poder público (artigo 443 do RIR-Decreto nº 3.000/99). Consoante a Lei nº 11.638/2007, as doações e subvenções para investimentos devem ser registradas diretamente no resultado.

b.3) Reserva de Transferência para Aumento de Capital: A Resolução CFC nº 1.159/2009, que aprova o Comunicado Técnico CT 01 – estipula que os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Dessa forma, nesta conta têm sido registrados os recursos recebidos destinados à expansão das atividades da empresa, sob a forma de investimentos para capital fixo.

b.4) Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado – Decreto-Lei nº 1.598/77: Constituída pela correção monetária das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 1978 (artigo 55 do Decreto Lei n.º 1.598/77).

b.5) Resultado da Correção Monetária Complementar – Lei nº 8.200/91: Constituída pelo saldo credor da diferença IPC/BTNF (artigo 3º da Lei nº 8.200/91).

O saldo das contas de Reservas tem como posição em 31/12/2009 os seguintes valores:

Reservas de Capital

<i>Reserva de Correção Monetária do</i>	<i>R\$</i>	<i>11.764.824,00</i>
<i>Capital.....</i>		
<i>Reservas de Doações e Subvenções P/R\$</i>	<i>169.258.428,79</i>	
<i>Investimentos.....</i>		
<i>Reserva de Transferência para Aumento de</i>	<i>R\$</i>	<i>259.480.319,04</i>
<i>Capital.....</i>		
	<i>R\$</i>	<i>100.641.876,35</i>
<i>Reserva C.M. Ativo Imobilizado DL</i>		
<i>1.598/77.....</i>		

Sub	TotalR\$	541.145.448,18
.....		
Outras Reservas.....	R\$	1.064.883,62
Total das Reservas	R\$	542.210.331,80
.....		

09 – PREJUÍZO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO

O resultado operacional do exercício de 2009 apresentou um prejuízo contábil no valor de R\$ 51.711.407,73, decorrente, sobretudo, dos seguintes registros contábeis:

- I- Apropriação de despesas com depreciação e amortização de bens, no valor de R\$ 37.350.686,29, o qual está registrado como Resultado Diminutivo do Exercício.
- II- Apropriação de aproximadamente R\$ 6.400.000,00 em custo dos produtos decorrente de baixas de estoque referentes à transferência/ disponibilização de sementes para atendimento do convênio celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a título de doação. Este valor compõe o saldo de R\$ 13.777.126,79, existente na conta de Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos, da Demonstração do Resultado do Exercício.
- III- Apropriação de aproximadamente R\$ 7.000.000,00 em obrigações com pessoal e fornecedores não cobertas pelo financeiro.

Este prejuízo foi absorvido pela conta Reservas de Capital, em obediência aos preceitos da Lei nº 6.404/76, artigo 200, inciso I e no RIR-Decreto nº 3.000/99, artigo 443, inciso I.

10 – RECONHECIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas da Embrapa no exercício de 2009 foram incluídas na apuração do resultado do período em que ocorreram, de acordo com o Regime de Competência.

11 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A variação negativa existente neste grupo de contas, no exercício de 2009 em relação ao de 2008, no montante de R\$ 9.430.634,60, refere-se, basicamente, à variação de R\$ 7.291.497,94 na conta de Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores, a qual registra o valor de receitas decorrentes de recuperação de despesas efetuadas em exercícios anteriores e canceladas no exercício corrente, provenientes do recebimento de disponibilidades referentes a devoluções de recursos pagos.

12 – PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Embrapa é uma das patrocinadoras da Ceres – Fundação de Seguridade Social, cuja finalidade é assegurar proteção social previdenciária aos empregados e às suas famílias, oferecendo aos participantes benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência oficial.

Em 01/04/2007, foi implantado novo plano de benefícios – Embrapa-FlexCeres, estruturado na modalidade de contribuição variável, com o objetivo de alcançar o maior número de adesões e levar a previdência complementar àqueles que ainda não são participantes.

No exercício de 2009, a despesa total da Embrapa referente à contribuição patronal com a Ceres – Fundação de Seguridade Social – totalizou o montante de R\$ 59.427.463,49.

13 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. Na DFC foram apresentadas apenas as atividades operacionais e de investimento, visto que a empresa não possui atividades de financiamento.

No exercício de 2008, a DFC foi elaborada pelo método indireto. Em 2009, a empresa optou por utilizar o método direto, por ser recomendado pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 7, item 19), uma vez que proporciona informação

útil na estimativa de fluxos de caixa futuros que não é disponibilizada pelo método indireto.

PEDRO ANTÔNIO ARRAES PEREIRA
Diretor-Presidente
CPF.: 363.135.727-34

TATIANA DEANE DE ABREU SA
Diretora
CPF.: 019.362.472-91

KEPLER EUCLIDES FILHO
Diretor
CPF.: 158.087.266-20

JOSÉ GERALDO EUGÊNIO DE FRANÇA
Diretor
CPF.: 098.848.824-87

JOSÉ JOÃO REIS
Chefe do Depto. de Adm. Financeira – DAF
CPF.: 179.074.541-15

SUSY DARLEN BARROS DA PENHA
Contadora – CRC – DF. 007472/O-2
CPF.: 399.778.381-00